

MANDATO COLETIVO: UMA NOVA FORMA DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Um mandato coletivo é uma modalidade de representação política na qual várias pessoas compartilham a responsabilidade de ocupar um único cargo eletivo. Embora apenas uma pessoa seja oficialmente registrada como titular do mandato, todas as decisões são tomadas de forma coletiva, considerando a opinião do grupo que compõe a candidatura. Essa prática visa promover uma gestão mais democrática e participativa.

Nas eleições, o mandato coletivo é registrado legalmente no nome de uma pessoa, chamada de "representante oficial" ou "cabeça de chapa". No entanto, durante o exercício do cargo, o grupo que integra o coletivo participa das decisões políticas, ajudando a criar propostas, fiscalizar ações governamentais e atender às demandas da população. O objetivo é garantir que as decisões não sejam centralizadas, mas sim fruto de um processo de discussão e consenso.

Essa forma de mandato tem ganhado destaque em diversas esferas políticas, especialmente em legislativos municipais e estaduais. Ele é particularmente atraente para movimentos sociais, partidos progressistas e grupos que desejam ampliar a participação cidadã na política. O modelo permite a inclusão de diferentes perspectivas e saberes, fortalecendo a representatividade de minorias e grupos historicamente excluídos.

Apesar de não ter regulamentação específica no Brasil, o mandato coletivo funciona dentro das regras eleitorais vigentes. Sua existência depende do compromisso ético e político de seus integrantes, além do reconhecimento dos eleitores, que veem no modelo uma alternativa inovadora para a democracia representativa.

